COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 775, DE 2017

Aprova o texto do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina, celebrado em Montevidéu, em 20 de dezembro de 2011.

Autora: REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA
NO PARLAMENTO DO
MERCOSUL.

Relator: Deputado HERCULANO PASSOS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo nº 775, de 2017, de autoria da nobre Representação Brasileira no Mercosul, estabelece, no art. 1º, que é aprovado o texto do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina, celebrado em Montevidéu, em 20 de dezembro de 2011. O art. 1º, em seu único parágrafo, ainda dispõe que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, estarão sujeitas à aprovação legislativa do Congresso Nacional quaisquer alterações ao referido acordo que acarretarem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. O art. 2º estabelece que o Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O texto do Acordo foi apresentado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem do Poder Executivo nº 262, de 11 de maio de 2016. A Exposição de Motivos Interministerial nº 00114/2016 MRE/MDIC/MDA/MAPA/MF, de 28 de abril de 2016, que se encontra junto à Mensagem, evidencia que a avença em análise constitui o terceiro acordo de livre comércio do Mercosul com um parceiro extrarregional.

Adicionalmente, salienta a Exposição de Motivos que o Acordo faz parte da estratégia de promoção de acordos com parceiros da região do Oriente Médio e do norte da África, a exemplo de acordos anteriores com Israel

e com o Egito, e de negociações com o Marrocos, com o Conselho de Cooperação do Golfo (Arábia Saudita, Bareine, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Omã), com a Síria e com a Jordânia. Igualmente, avalia-se que o Acordo se trata de abertura de mercados para bens, com cláusula evolutiva sobre a possibilidade de entendimentos, no futuro, sobre acesso a mercados em serviços e investimentos.

O Acordo é formado por Preâmbulo, treze Capítulos e oito Anexos. Os Estados Partes do Mercosul e o Estado da Palestina, no Preâmbulo, resolveram estabelecer área de livre comércio entre as Partes e declarar disposição de explorar outras possibilidades para estender relações econômicas em outras áreas. Ademais, foram considerados o Tratado que cria o Mercosul, o Acordo-Quadro entre Mercosul e a Organização para a Libertação da Palestina e o Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, assim como o desejo de criar mercado amplo e seguro, de definir regras claras, previsíveis e duradouras e de promover o desenvolvimento do comércio. O Capítulo I trata de disposições iniciais, enquanto o Capítulo II se refere a disposições gerais.

O comércio de bens é tratado no Capítulo III, em cujo artigo 3 são firmadas regras sobre a cesta de desgravação tarifária nas seguintes categorias: A (desgravação imediata), B (quatro anos), C (oito anos), D (dez anos) e E (quotas ou margens de preferência). As listas de concessões do Mercosul e do Estado da Palestina encontram-se, respectivamente, nos Anexos I e II desse Capítulo. Dos produtos ofertados pelo Mercosul, ressalta-se na Exposição de Motivos, aproximadamente 25,9% foram em Cesta A, 10,2% em Cesta B, 37,4% em Cesta C, 26% em Cesta D e 0,5% em Cesta E, sendo que o Mercosul ofertou em Cesta A produtos de interesse exportador palestino, tais como azeite de oliva, produtos alimentícios, pedras e mármore.

Os capítulos seguintes definem normas afins ao comércio e à colaboração bilateral. O capítulo IV dispõe sobre regras de origem para a implementação do Acordo e Certificados de Origem, bem como apresenta três Anexos sobre o assunto. No Capítulo V, são estipuladas diretrizes sobre salvaguardas bilaterais, para o caso de dano grave ou de ameaça de dano grave à indústria doméstica no caso de importações da outra Parte incentivadas pelo Acordo. A Parte afetada poderá, no grau mínimo necessário

para reparar o dano, suspender as reduções adicionais da tarifa aduaneira sobre o bem importado ou aumentar sua tarifa aduaneira.

O Capítulo VI versa sobre regulamentos técnicos, normas e procedimentos de avaliação e conformidade, para haver cooperação nas áreas de normas, metrologia, avaliação de conformidade e certificação de produtos com o objetivo de eliminar barreiras técnicas ao comércio e de promover normas internacionais harmonizadas em regulamentos técnicos. No Capítulo VII, são tratadas medidas sanitárias e fitossanitárias, para facilitar o comércio de animais e produtos de origem animal, plantas e produtos de origem vegetal, artigos regulados ou quaisquer produtos que requeiram medidas sanitárias e fitossanitárias incluídos neste Acordo e para, ao mesmo tempo, proteger a saúde humana, animal e vegetal.

O Capítulo VIII regula a cooperação técnica e tecnológica, determinando que as Partes estabelecerão mecanismo de cooperação tecnológica para desenvolver seus setores industriais e infraestruturas. No Capítulo IX, trata-se de disposições institucionais, com o estabelecimento de um Comitê Conjunto, no qual cada Parte estará representada. A publicação e a notificação são preceituadas no Capítulo X, segundo o qual cada parte designará um ponto de contato para facilitar as comunicações relativas ao Acordo.

A solução de controvérsias é tema do Capítulo XI, no qual são previstas regras para: negociação direta entre as Partes; consulta no âmbito do Comitê Conjunto; pedido de mediação por acordo mútuo; invocação da OMC como foro, no caso de a Palestina se tornar membro do Organismo; e solicitação de procedimento por meio de Tribunal Arbitral. O Capítulo XI ainda dispõe dos Anexos I e II, sobre código de conduta e termo de compromisso para árbitros e sobre regras de procedimento desse Tribunal. O Capítulo XII resolve sobre exceções, enquanto o Capítulo XIII expõe disposições finais.

Com respeito à tramitação, o Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 775, de 2017, foi apresentado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul em 14/09/2017, sendo proveniente da Mensagem nº 262, de 2016, do Poder Executivo. Em 29/09/2017, o Projeto foi distribuído às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), de Desenvolvimento Econômico, Indústria,

Comércio e Serviços (CDEICS) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) (Art. 54 RICD), estando sujeito à apreciação do Plenário e ao regime de tramitação de urgência. Em 06/10/2017, a Proposição foi recebida pela CREDN, pela CDEICS e pela CCJC. Nesta última Comissão, foi designado como Relator o Deputado Bilac Pinto (PR-MG) em 31/10/2017.

Na CDEICS, foi designado como Relator o Deputado Herculano Passos (PSD-SP) em 25/10/2017. Nesta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, cabe a apreciação da matéria quanto ao mérito, consoante os aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, VI, do Regimento Interno desta Casa.

É o nosso relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Decreto Legislativo nº 775, de 2017, ao estabelecer Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina, configura iniciativa importante para o comércio exterior brasileiro e para as relações do nosso País com a Palestina. Igualmente, avança-se no reconhecimento da importância das negociações externas do Mercosul, bem como da estratégia de promoção de acordos com parceiros do Oriente Médio.

As diversas regras definidas podem contribuir com a melhora das relações econômicas entre as Partes desse Acordo. O crescimento do comércio bilateral e de investimentos associados, com maior produção, produtividade e emprego, pode trazer benefícios mútuos para as duas economias. A definição de desgravação tarifária gradual e de regras de origem implica avanço na implementação do Acordo, assim como representa progresso o aumento da institucionalidade pretendida nas relações entre Mercosul e Palestina. O estabelecimento de salvaguardas e de mecanismos governamentais variados de solução de controvérsias está associado a laços mais equilibrados de desenvolvimento econômico e social no intercâmbio comercial.

A intenção de aprofundar o relacionamento econômico com a Palestina em direção a outras formas de colaboração, como se nota na cooperação tecnológica, torna-se importante para a consolidação dessa parceria. Adicionalmente, verifica-se atendimento dos princípios que regem as relações internacionais brasileiras, como definido da Constituição Federal, ao buscarmos a independência nacional, a autodeterminação dos povos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, entre outros, assim como nosso objetivo fundamental de garantir o desenvolvimento nacional, por meio das parcerias no Oriente Médio.

Cabe notar também que esse Projeto pode merecer reparos quanto à técnica legislativa. No art. 1º, onde está escrito § 1º, deve-se entender parágrafo único, uma vez que não há parágrafos subsequentes a esse dispositivo. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pode avaliar a necessidade de correção a esse respeito.

Diante do exposto, **votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 775, de 2017, de autoria da egrégia Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul**, que aprova o texto do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina, celebrado em Montevideú, em 20 de dezembro de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado **HERCULANO PASSOS**

Relator